

# Comunicação, disciplina indiciária

■ JOSÉ LUIZ BRAGA \*

## RESUMO

O artigo reflete sobre a presença de estudos de caso na pesquisa comunicacional, relacionando-os ao paradigma indiciário. Explicita como características desse modelo epistemológico: o estudo de casos; a busca de indícios para percepção de fenômenos mais complexos; a distinção entre indícios essenciais e acidentais; e a articulação entre indícios para elaboração de inferências. Sobre os indícios articulados, considera a construção de modelos interpretativos em dois níveis de inferências: sobre regras internas de funcionamento do caso e sobre sua inserção em contextos de interesse do pesquisador.

**Palavras-chave:** campo da comunicação, paradigma indiciário, modelos epistemológicos, inferências

## ABSTRACT

This article is a reflection upon the presence of case studies in research on the field of communication, relating them to the evidentiary paradigm. It considers as traits of this epistemological model: case studies; the search for evidence in order to grasp more complex phenomena; the distinction between essential and accidental evidence; and the articulation among different pieces of evidence in order to build inferences. As for the articulated evidence, it considers the construction of interpretative models on two levels of inference: about the internal working rules of a case and about its inclusion into contexts that might be of interest to the researcher.

**Key words:** field of communication, evidentiary paradigm, epistemological models, inference

\* Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos (RS) desde 1999, tendo coordenado o Programa de 2002 a 2004. Doutor em Comunicação pelo Institut Français de Presse (1984). Foi pesquisador no Instituto de Pesquisas Espaciais (Projeto Saci) e professor na UFPB e na UnB. Foi Presidente da Compós, gestão 1993-95. Autor de *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática* (São Paulo: Paulus, 2006) e de outros livros e artigos acadêmicos na área da comunicação. [jlbraga@via-rs.net](mailto:jlbraga@via-rs.net)

## INTRODUÇÃO

Debati, algumas vezes, com estudantes, um texto de Jean Piaget (1971) em que o autor examina as ciências sociais a partir do modelo epistemológico que estas adotam em sua construção de conhecimento, categorizando as disciplinas como nomotéticas<sup>1</sup>, históricas, normativas e filosóficas. Dois pontos são interessantes nesse debate: o problema de «situar» os estudos da comunicação; e o de saber se podemos, ainda, caracterizar uma disciplina, como um todo, dentro de um único modelo epistemológico.

Uma resposta simples para a primeira questão é que os estudos de comunicação estariam mais provavelmente em um âmbito não referido por Piaget, o das disciplinas interpretativas<sup>2</sup>. Mas justamente, a perspectiva que temos sobre a segunda questão é a de reconhecer, hoje, que cada uma das ciências humanas e sociais se desdobra, nas suas pesquisas próprias e nas interfaces com as demais, em uma variedade de modelos epistemológicos – em função dos objetivos específicos de cada pesquisa, das subáreas de especialização disciplinar, dos enfoques teóricos que adotam e/ou constroem e das relações que elaboram com a realidade social pesquisada<sup>3</sup>.

Mais que «categorizar» disciplinas, trata-se de refletir sobre os usos que fazem de determinados modelos de produção de conhecimento. O título do presente artigo não corresponde à afirmação de que «Comunicação é uma disciplina indiciária»; mas sim se refere à intenção de examinar algumas questões conceituais e/ou metodológicas quando as pesquisas do campo assumam essa perspectiva: Comunicação «quando» disciplina indiciária.

\* \* \*

Uma contribuição importante do paradigma nomotético, na construção do conhecimento, é fornecer percepções verificáveis sobre regularidades processuais nos fenômenos sociais. Na área da comunicação, entretanto, dificilmente encontramos pesquisas nomotéticas. Vamos buscar nossas proposições abstratas gerais, com as quais damos sustentação ao trabalho de investigação, em três fontes principais:

- a) leis e regularidades expressas em teorias de áreas vizinhas – mormente sociologia e lingüística, mas eventualmente também em outras ciências nomotéticas do homem (demografia, economia, psicologia...);
- b) conhecimentos sobre o mundo, derivados de outros modos de observação e análise, em disciplinas não-nomotéticas (normativas, etnográficas, históricas, interpretativas...) que, abordando ou não questões comunicacionais,

1. Refere-se às disciplinas voltadas para a investigação de leis e regularidades (naturais ou sociais).

2. Joël Candau (2004: 6) observa, porém, sobre essa categoria, que “[é] preciso ainda se interrogar sobre as modalidades de interpretação” (tradução nossa).

3. No campo da Sociologia – uma disciplina originalmente nomotética – estão os estudos etnometodológicos, que se voltam para estudos singulares. No campo Psi, convivem conhecimentos diferenciados, como uma psicologia experimental, nomotética; e uma psicologia clínica, que desenvolve conhecimentos indiciários.

lograram constituir espaços de reconhecimento sobre fenômenos humanos e sociais suficientemente abrangentes para serem usados como conhecimento estabelecido e como fundamento teórico-metodológico transferível a questões de Comunicação;

- c) proposições abrangentes derivadas de elaborações ensaísticas ou de especulação filosófica – gerados diretamente «na área» ou a partir de áreas vizinhas quando estas pensam questões de seu interesse, mas que confluem com preocupações da área da comunicação.

É claro que estes aportes são relevantes e têm fornecido fundamentação pertinente para pesquisas da área. Por outro lado, uma estrita dependência em relação a tais aportes apresenta problemas. As regularidades percebidas – que efetivamente existem e aparentemente foram as primeiras que impressionaram os pesquisadores da área – parecem hoje insuficientes na sua exposição abrangente para, sozinhas, dar conta da complexidade dos fenômenos. Oferecem afirmações «gerais» onde, hoje, precisamos perceber distinções finas.

As teorias das áreas vizinhas, mesmo quando tratam diretamente de comunicação, o fazem com atribuição de maior relevância a questões habituais da área própria, perante as quais os fenômenos comunicacionais são coadjuvantes – o que não ajuda no esforço de desentranhamento do «objeto comunicacional» e das questões pertinentes para o campo.

As perspectivas derivadas de formulação ensaística ou especulativa – reconhecendo-se sua relevância em apropriações macro – não viabilizam a elaboração de distinções entre fenômenos específicos dentro da apreensão abrangente; nem se prestam, tipicamente, à construção de relações expressas entre proposição abstrata e realidade concreta específica.

Tais limites sugerem a possibilidade de que, ao lado destes âmbitos de referência, a área desenvolva também outros espaços de elaboração teórica, não primariamente voltada para a formulação de regularidades abrangentes; mas, sim, mais perto dos fenômenos de seu interesse, procurando desenvolver aí, na concretude de «particulares», fundamentações relacionadas à construção do campo de estudos.

Com uma dupla preocupação, de construção do campo comunicacional por desentranhamento de seu objeto, diretamente no âmbito da sociedade, e de busca de espaço no qual se desenvolvam articulações entre realidades específicas e geração teórica, os estudos de caso e o «paradigma indiciário» de Carlo Ginzburg parecem compor um modelo epistemológico bem ajustado a necessidades da área.

**ESTUDOS DE CASOS**

Nos projetos enviados às agências de fomento, em artigos de periódicos, nos debates em congressos, nos projetos de candidatos à pós-graduação, notamos um número significativo de estudos de caso – evidenciando que essa modalidade de pesquisa tem interessado os pesquisadores da área. Por outro lado, não tenho encontrado muitas reflexões sistematizadas sobre o sentido epistemológico desse âmbito de estudos para o campo da comunicação; nem indicações metodológicas derivadas diretamente de pesquisas comunicacionais.

Howard Becker observa, sobre estudos de caso, que “o método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso” (1993: 117).

Em contraste com os estudos de caso, as pesquisas de recorte nomotético envolvem a busca e o estabelecimento de leis e regularidades abrangentes, que se manifestam em diferentes objetos e situações (os quais se reúnem exatamente por tais regularidades detectadas). Trabalham com poucas variáveis e se baseiam em uma «redução» dos objetos e situações, abstraindo os elementos considerados singulares ou episódicos com relação às regularidades de interesse – exatamente por não terem relevância para a «constituição» da regularidade observada.

Na comunicação, a escassez de pesquisas nomotéticas parece derivar da dificuldade de eliminar traços singulares e de concentrar a preocupação em elementos comuns a uma classe de eventos (o que permitiria a determinação de regularidades abrangentes) – dificuldade decorrente da complexidade do fenômeno interacional. Entre os processos comunicacionais, seus objetivos, suas circunstâncias e seu contexto, há relações que, omitidas, impediriam a percepção clara do fenômeno.

Além disso, os fenômenos comunicacionais, na sociedade contemporânea, apresentam uma diacronia muito dinâmica – não apenas em consequência do avanço tecnológico, mas também dos processos sociais interacionais que se diversificam correlatamente.

Os estudos de caso, portanto, se prestam particularmente à produção de conhecimento nas condições atuais de constituição da disciplina. Encontramos «uma variedade dinâmica de fenômenos» que claramente solicitam uma apreensão de seus aspectos propriamente comunicacionais; e «não dispomos de uma provisão suficiente de grandes regras» básicas próprias ao campo, com formalizações teóricas transversais à generalidade do objeto, nem suficientemente consensuais, que permitam fazer reduções preliminares.

Voltados para a análise de fenômenos singulares, os estudos de caso parecem poder ser direcionados a pelo menos quatro finalidades articuladas:

- a) gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos que são intuitivamente percebidos como de interesse para a área (o conhecimento dos casos em si);
- b) assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias (situações particulares *versus* conhecimento estabelecido);
- c) pela lógica própria dos processos indiciários, gerar proposições de crescente abstração «a partir de realidades concretas»;
- d) caracterizar-se como âmbito de maior probabilidade de sucesso no «desentranhamento» de questões comunicacionais diretamente relacionadas ao fenômeno «em sociedade» (ver Braga, 2004).

Entretanto, a ausência de uma clara reflexão e de debates sobre as possibilidades epistemológicas dos estudos de caso para a constituição da área de conhecimento leva ao risco de alguns aportes potenciais não se realizarem plenamente. Isso pode ocorrer seja porque a própria natureza da modalidade de análise (enfocada em situações singulares) leve à dispersão dos estudos em meio à variedade dos objetos; ou porque, na ausência de teorias mais próximas do campo comunicacional, as teorias de áreas vizinhas que se põem como auxiliares de nossa pesquisa exerçam uma atração desviante, quando se trata de elaborar declarações teóricas mais gerais.

Ao lado destes riscos, de dispersão e de derivação centrífuga, outros direcionamentos de estudos de caso podem resultar em reduzida contribuição para desenvolvimentos na constituição da área de conhecimento. Um desses «desvios» ocorre quando o caso estudado serve apenas para confirmar uma teoria: fala-se abstratamente «sobre um objeto», com base em teorias aprioristicamente escolhidas, mostrando que este se conforma às perspectivas expressas por estas.

Outro desvio ocorre quando o caso é trabalhado apenas na apreensão empírica da coisa singular – evidenciando seu funcionamento «descritivamente», sem fazer inferências, ou fazendo apenas inferências técnicas. Detalham-se «todos» os ângulos percebidos, intuitiva ou sistematicamente levantados<sup>4</sup>, sem estabelecer ordens de relevância, ou apenas de modo impressionístico, não expressamente justificado. Embora isso possa ter utilidade prática, não representa avanço de conhecimento. Aqui, não há tensionamento do objeto por perspectivas teóricas nem destas pelo objeto. Trata-se de riscos opostos: na primeira alternativa, não se dá suficiente atenção ao caso em sua singularidade empírica; na segunda, não se faz o esforço de avançar das constatações empíricas para o desenvolvimento teórico.

4. Não ocorrendo, então, um trabalho de distinção entre indícios essenciais e acidentais.

Os quatro riscos assinalados (dispersão, derivação centrífuga, empirismo e apriorismo) podem ser enfrentados através de alguns encaminhamentos relativos ao paradigma indiciário.

### OS INDÍCIOS E A COISA INDICIADA

O artigo *Sinais, raízes de um paradigma indiciário*, de Carlo Ginzburg (1989: 143-179), oferece uma reflexão aprofundada sobre a história e características do paradigma indiciário. Inferimos das perspectivas do autor, relacionando-as a considerações sobre estudos de casos (em Howard Becker, 1993) e a métodos de pesquisa (em Peter Burke, 2000), que as seguintes estratégias podem ser tomadas como centrais: o estudo de casos singulares; a busca de indícios que remetem a fenômenos não imediatamente evidentes; a distinção entre indícios essenciais e acidentais; o tensionamento mútuo entre teoria e objeto; o trabalho de articulação entre indícios selecionados; e a derivação de inferências.

A própria lógica do trabalho com situações singulares relaciona diretamente o paradigma indiciário com os estudos de caso. Ginzburg observa, em diferentes formas de saber que tradicionalmente se caracterizam como indiciárias, “uma atitude orientada para a *análise de casos individuais*, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas, indícios” (1989: 154 – grifo nosso). Estas formas de saber tradicionais apresentam como substrato básico o seu envolvimento com a concretude da experiência.

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos.

Uma questão relevante é essa articulação entre os dados empíricos e proposições de ordem geral. “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, *remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente*” (idem: 152 – grifo nosso).

Depois de referir os processos da caça primitiva como provável origem desse modelo de conhecimento, Ginzburg observa seu desenvolvimento histórico através de variados saberes práticos e de disciplinas de conhecimento – sempre com base na relação fundamental entre indícios e percepções mais gerais. Mostra assim como se chegou, a partir de indícios concretos, em circunstâncias específicas, a um conhecimento de ordem superior ao descritivo, levando à percepção de realidades mais complexas sobre o fenômeno singular.

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário [...], penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas (Ginzburg, 1989: 177).

Há sempre uma relação entre indícios e um ângulo das coisas para o qual aqueles indícios serão «reveladores». Mas não automaticamente: é preciso fazer articulações entre pistas e fazer inferências. Dois níveis de percepção, então, são necessários. Perceber o próprio indício (ou seja: que um dado aparentemente irrelevante pode ser significativo) e desenvolver relações com uma proposição buscada: fazer inferências. Isso envolve distinguir entre indícios essenciais e acidentais.

### ESSENCIAIS & ACIDENTAIS

Como os indícios são os elementos perceptíveis do caso a ser estudado, trata-se, logicamente, de fazer levantamento extensivo e detalhado dos traços que caracterizam o objeto. Entretanto, a proliferação de fatos, processos e detalhes torna evidente que uma tarefa que se pretendesse exaustivamente descritiva seria impossível. Não cessaríamos de acrescentar dados, dos mais óbvios aos mais insignificantes.

É preciso então (como sempre, em ciência) operar seleções – «reduzir» o objeto a seus elementos mais significativos. Esse gesto de abstração apresenta dificuldades. As ciências nomotéticas fazem uma redução sistemática e generalizada de elementos assumidos (por uma teoria) como irrelevantes. Saussure funda sua lingüística em um gesto radical de abstração, separando a língua da fala (nesta última encontramos os fatos singulares proliferantes) e podendo, assim, pesquisar regularidades do código lingüístico.

No estudo de singulares, como é evidente, não podemos ter regras «gerais» apriorísticas que determinem as «eliminações» a serem feitas<sup>5</sup>. Temos então que derivar critérios *ad-hoc* e portanto tentativos, para fazer a separação entre indícios essenciais e acidentais.

As distinções entre indícios dependem de pelo menos três determinantes:

- a) o problema da pesquisa – ou seja, o tipo de percepção que buscamos a respeito de nosso caso;
- b) as estruturas e processos próprios do objeto ou situação – suas «lógicas» de articulação interna, de desenvolvimento, de relações com o contexto;

5. No máximo, podemos pretender a derivação de regras de abstração para «determinados tipos» de caso, dentro de um âmbito teórico-metodológico específico. Mas isso já nos coloca em um território produzido por estudos de caso anteriores.

# D

## Comunicação, disciplina indiciária

- c) o conhecimento disponível sobre o tipo de objeto e sobre os âmbitos em que este se processa – o que envolve principalmente, mas não exclusivamente, o conhecimento teórico.

Esses três determinantes se afetam mutuamente. Mesmo as lógicas da situação singular em exame, que pareceriam à primeira vista «objetivas» (pois fazem parte do objeto em si), não são exclusivamente determinantes – um objeto complexo funciona segundo múltiplas lógicas, relacionadas a aspectos internos e contextuais diferenciados. Conforme nossa pergunta de pesquisa, estaremos interessados em ressaltar algumas dessas lógicas e daremos menos relevância a outras. Segundo as teorias disponíveis, podemos perceber algumas processualidades e sequer ter acesso a outras, histórica ou conjunturalmente «impensáveis».

Essa situação exige processos tentativos, através de idas e vindas entre os três determinantes, utilizando indicações de cada um deles para questionar e testar os outros – em um processo de tensionamento mútuo.

Estaremos então procurando descobrir relações entre indícios (ainda não definidos como válidos para a pesquisa: poderíamos chamá-los de «indícios-candidatos») e a «coisa indiciada» – também ainda não calculada, uma vez que depende dos processos de seleção e articulação dos indícios. Isso leva a riscos e problemas para o rigor da pesquisa – não há relações biunívocas evidentes entre indícios e situação indiciada. Um mesmo indício pode ser pista para diferentes possibilidades interpretativas; e uma situação complexa «expõe» indícios diversos, sem distinção clara entre essenciais e acidentais. Arriscamos, então, atribuir relevâncias não pertinentes e tomar um indício como pista equivocada para uma inferência insustentável.

Ginzburg estuda processualidades comuns entre o método de Giovanni Morelli (no final do século 20) para atribuição de autoria de obras de arte antigas; e a psicanálise de Sigmund Freud (relacionando-o também com o uso de pistas para desvendar mistérios policiais, nas obras de Conan Doyle). Morelli propõe examinar, nos quadros, “os pormenores mais negligenciáveis” (Ginzburg, 1989: 144) como o desenho do lóbulo de orelhas, as unhas, a forma dos dedos dos pés. Nestes detalhes, o pintor expressaria estilo pessoal menos influenciado por características da escola de pertencimento – e menos atentamente observado por um imitador.

É interessante assinalar a ênfase no «negligenciável». Quando estamos buscando os elementos essenciais, isso poderia parecer uma contradição. Entretanto percebemos aqui, justamente, a interveniência de fatores que ultrapassam a mera concretude empírica do objeto em si. Quando Morelli propõe «examinar

os pormenores mais negligenciáveis», está sugerindo, em função de sua problematização do «caso» – distinguir cópias e autênticos, fazer atribuições corretas de autoria – uma clivagem entre essenciais e acidentais diferente da habitual. A clivagem «mais evidente» era determinada por «outro» problema – o de assinalar, em um conjunto de quadros previamente assumidos como autênticos, determinados indícios que atravessam o conjunto e se demarcam de modo relevante como elementos de estilo caracterizadores do gesto do autor.

Na psicanálise freudiana, a busca de elementos «despercebidos» (que surgem como emanção direta do inconsciente) é essencial para descobrir estruturas profundas da psique do indivíduo – enquanto os traços mais evidentes da personalidade, sendo conscientes, podem ser «trabalhados» intencionalmente para ajustar-se aos padrões culturais aceitos. Estes últimos indícios seriam pistas para outra questão – a do comportamento cultural expresso pelo indivíduo em sociedade – por exemplo, nas pesquisas de psicologia social.

Além desse trabalho de busca da pertinência entre as pistas e os objetivos da pesquisa, devemos sublinhar também que os indícios não remetem «de modo direto» à realidade a ser capturada. É do conjunto de indícios relacionados pela pesquisa que se podem inferir lógicas, processos e estruturas que caracterizam o caso. Eventualmente alguns indícios podem parecer irrelevantes – e só adquirem valor indiciário por sua articulação com os demais.

É preciso ainda perceber os tensionamentos entre os próprios indícios. “Para compreender o sentido de um autor é necessário concordar todas as passagens contrárias” (Pascal, Fragmento 694 – citado por Goldmann, 1970: 95). Isso corresponde também à proposição do detetive Hercule Poirot, personagem de Agatha Christie, como critério para julgar «soluções» propostas para um crime: a boa solução deve explicar não apenas as pistas que concorrem para uma interpretação, mas também as que parecem contradizê-la.

Faz parte, então, dos estudos de caso, o trabalho de (a) levantar indícios; (b) decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e (c) articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno. Isso pode ser feito através de um tensionamento triangular entre situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa.

### **TENSIONAMENTO MÚTUO ENTRE TEORIA E OBJETO EMPÍRICO**

Para além dos processos de observação e levantamento de indícios, precisa-se, naturalmente, de fundamentos teóricos na base de um estudo de caso. Uma visão empiricista que pretendesse extrair conhecimento diretamente do material ou situação observada, «a olhos nus», não iria muito além de descrições superficiais, de senso comum ou em perspectivas idiossincráticas.

Por outro lado, chegar ao caso de estudo rigidamente aparelhado de teorias irremovíveis também não promete grandes avanços de conhecimento. A tendência, aí, seria a de «demonstrar» que a visão teórica pré-adotada é capaz de explicar totalmente o caso singular selecionado. Nesse caso, a pesquisa se limitaria a ilustrar a teoria com mais um caso. Nem se desenvolve a teoria, nem se amplia o conhecimento do caso «em sua singularidade» – limitando o resultado do estudo a uma descrição do objeto «nos termos da teoria tal» ou a uma categorização do caso em um sistema classificatório apriorístico.

Se pesquisamos um caso singular, para além de sua inscrição possível em um âmbito teórico ou sua categorização com base em um sistema classificatório estabelecido, temos, sobretudo, a expectativa de encontrar «restos»: ângulos ainda não plenamente esclarecidos, espaços não totalmente cobertos pelas teorias solicitadas. É nesse espaço que o estudo de caso é particularmente produtivo. Esse tipo de esforço reflexivo é que pode ser caracterizado como de tensionamento mútuo entre teoria e objeto.

Mais do que «aplicar» teorias e conceitos para apreender, categorizar ou «explicar» completamente um objeto ou situação empírica, trata-se de «problematizar» o caso em estudo a partir dos fundamentos adotados. Este é o tensionamento do objeto pela teoria. Se determinados conceitos, premissas, hipóteses forem adotadas, que desafios e questões dirigem a esse tipo de caso?

Paralelamente, o objeto pode sempre desprender questões, desafiar a teoria nos âmbitos do concreto. Sendo abstração, e sendo provavelmente desenvolvida a partir de outras questões e materiais do mundo, é pouco provável que uma teoria, na área das ciências humanas e sociais, possa dar conta integralmente de todos os aspectos que se desdobram de casos específicos outros. Aliás, se as teorias adotadas lograssem «explicar» completamente (isto é, à nossa satisfação) os casos que nos interessam, não haveria razão para pesquisá-los. É assim que o objeto pode sempre, de algum modo, tensionar as teorias adotadas. Não no sentido de negá-las, mas de complementar com ângulos específicos; de observar diferenças na semelhança (realizações singulares ainda não percebidas na proposição geral), ultrapassando o nível «geral» da proposição abstrata e buscando perceber «variações internas» desta. Tais tensionamentos permitem outras proposições gerais hipotéticas para apreensão do objeto – que, sem necessariamente negar a proposição geral de partida, podem assinalar perspectivas mais interessantes para o exame de casos daquele tipo.

Além disso – uma vez que nossas «teorias de partida» são, em geral, recebidas de áreas vizinhas – quando se está preocupado com a construção do campo da comunicação, deve-se buscar ângulos de especificidade de campo não plenamente trabalhados naquelas disciplinas fornecedoras de proposições

gerais. Há então um tensionamento «de campo», para o qual nossas pesquisas deveriam estar particularmente atentas.

### CONSTRUÇÃO DE MODELOS

Os indícios articulados e as inferências assim viabilizadas sobre o fenômeno podem ser expressos na forma de um «modelo explicativo» do caso.

A construção de modelo, em um estudo de caso, corresponde a uma «descrição reconstrutiva» do objeto ou situação, baseada não na soma superficial do maior número de detalhes, mas sim, em perspectiva oposta a esta, em um número reduzido de indícios relevantes (pistas, sintomas) que – articulados pelo pesquisador – aproximam o olhar sobre as lógicas processuais básicas que fazem o objeto «funcionar», tanto em sua organização interna (articulação entre as partes); como nas relações com contextos e outras situações com que este entra relevantemente em relação, na perspectiva do pesquisador.

Jean-Philippe Uzel (1997: 26) afirma que “cada caso particular contém em si uma regra *sui-generis* que pede para ser inferida”. Podemos considerar que, nesse primeiro patamar de construção de modelos, o que o pesquisador pretende é justamente explicitar a «regra» interna de funcionamento do caso, através dos indícios a que teve acesso.

Conforme Howard Becker, “[o] modelo fornece respostas para as questões teóricas do estudo e demonstra a contribuição de cada parte da estrutura para a explicação do fenômeno em questão” (1993: 127).

A tarefa que se coloca para o pesquisador é a de fazer a passagem da série material (indícios relacionados entre si) à série indiciada (a realidade percebida indiretamente, através dos indícios). Como tal articulação não é evidente por si mesma, depende da elaboração de inferências. As dificuldades a serem enfrentadas nessa tarefa são de pelo menos três ordens:

- a) não há processos lógicos (algorítmicos) para a descoberta de relações entre os indícios «em seleção»<sup>6</sup> e a situação e seu contexto social. Estas relações devem, portanto, ser tentativamente elaboradas;
- b) fenômenos diversos podem produzir indícios similares – de modo que não é possível remontar diretamente do indício ao fenômeno (a sua «causa» no fenômeno) por processos estritamente indutivos (do efeito à causa, da experiência a seu princípio, do conseqüente ao antecedente);
- c) as hipóteses iniciais de apreensão geral do caso – sua própria definição inicial, enquanto «caso» – provavelmente se baseiam nos indícios «inicialmente» mais evidentes; e/ou em premissas dependentes do conhecimento

6. E não: «selecionados». O particípio faria supor que os indícios essenciais teriam sido completamente distinguidos, quando se começa a relacioná-los entre si e com processos a detectar no fenômeno. Na verdade, o jogo da seleção de essenciais, das articulações e das inferências se desenvolve de modo imbricado, através de idas e voltas reiteradas entre os três processos.

# D

estabelecido (teorias) sobre a classe de fenômenos em que inscrevemos o caso. Isso quer dizer que já partimos de idéias prévias que, de algum modo, conduzem a reflexão, devendo, portanto, ser tensionadas pela pesquisa.

Assim, a *démarche* básica em um estudo de caso, no que se refere ao tratamento de suas hipóteses, corresponde a assumir que as percepções «de partida» são excessivamente simples ou mesmo equivocadas. O trabalho de pesquisa envolve (em perspectiva oposta à nomotética, que quer confirmar ou infirmar uma proposição rigorosa e específica inicial) desenvolver, tornar mais complexas, aprofundar, ajustar ou mesmo substituir as hipóteses de partida por outras, mais adequadas ao conjunto de indícios disponíveis, sistematicamente levantados e articulados.

Os modelos produzidos sobre o conjunto de indícios, através de inferências e construção descritiva, permanecem hipotéticos. Tais «hipóteses finais» serão, entretanto, submetidas a dois níveis de «teste». Em um primeiro nível, pela observação de sua própria competência para efetivamente estabelecer relevância de indícios e para articular esses indícios em um «quadro perceptivo» do objeto. Assim, podemos dizer que se trata de um bom modelo se articula coerentemente os indícios, confirmando sua relevância; e se faz inferências evidentemente derivadas dos dados assim organizados. Nesse sentido, o modelo explicativo e as inferências desenvolvidas devem gerar uma «impressão de obviedade».

Entretanto, as inferências devem passar por um segundo nível de teste: o enfrentamento da falseabilidade decorrente de objeções. Não se trata, aí, de propostas de desacordo a partir de tal ou tal teoria estabelecida – uma vez que o desacordo seria mútuo, entre o modelo singular e a teoria, restando em suspenso e dependente de avanços posteriores saber qual estaria mais próximo de uma visão rigorosa das coisas. A falseabilidade depende de se assinalar, no objeto, indícios contraditórios com o modelo; ou indicar incoerência da articulação hipotetizada. As objeções mais interessantes são aquelas que evidenciam a insuficiência da modelização proposta para o caso, discutindo a coerência da articulação ou a pertinência do que foi inferido.

\* \* \*

Em função daquelas dificuldades assinaladas acima, fazer inferências sobre um fenômeno dado, a partir dos indícios de um caso singular, exige um trabalho de «descoberta» ou «invenção» que é, inevitavelmente, um processo de risco.

Conforme indica Ginzburg, “trata-se da inferência que Peirce chamou de ‘presuntiva’ ou ‘abdutiva’, distinguindo-a da indução simples” (1989: 264 nota 38). Jean-Philippe Uzel, por sua vez, observa:

A abdução, que Peirce descreve como “a única operação lógica que introduz uma idéia nova (5.171)”, corresponde de fato ao momento preciso da criação da hipótese explicativa, hipótese que deve ser validada em seguida de modo empírico (indução), e depois verificada (dedução) pela multiplicação de experiências ou de enquêtes (1997: 27 – tradução nossa).

A modelização do caso particular é que permite a passagem a esse outro nível referido por Uzel – através da comparação de modelos de casos singulares. Nesse nível, o estudo do caso particular ultrapassa a produção de conhecimento pontual para servir de base a teorizações mais abrangentes.

### INFERÊNCIAS TRANSVERSAIS

As «descrições» indiciárias de casos singulares – exposição de suas regras internas e de articulações com o contexto – não se limitam estritamente ao âmbito do caso empírico. O conhecimento aprofundado de caso único, em sua modelização, se articula (através de recurso ao conhecimento social estabelecido) a proposições de ordem geral.

Howard Becker observa que:

... o estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo [...]. Ao mesmo tempo, [...] também tenta «desenvolver declarações teóricas mais gerais» sobre regularidades do processo e estrutura sociais (1993: 118 – grifo nosso).

É possível prever, então, em um estudo de caso, dois níveis principais de inferências:

- a) aquelas referentes às lógicas específicas do caso singular, suas «regras de funcionamento» internas;
- b) e aquelas referentes à inserção do caso em determinados contextos sociais de interesse da pesquisa – em que o estudo das condições concretas, relacionadas ao conhecimento estabelecido, permite proposições de ordem geral sobre o contexto.

Em *O queijo e os vermes* (1987 - um dos textos fundadores da micro-história), Carlo Ginzburg desenvolve, a partir da análise de caso da condenação do moleiro Menocchio por heresia, um estudo alentado sobre a cultura popular do século XVI. Trata-se do esforço abduutivo de “enxergar o geral no específico” (Burke, 2000: 16) – o que é um movimento inverso ao de «classificar» o específico na regra geral já estabelecida.

A derivação de conhecimento mais amplo com base em pesquisas indiciárias não se baseia na premissa de «tipicidade» ou de «representatividade» do caso singular – mas sim na constatação da «possibilidade de existência» do fenômeno – ainda que de baixa frequência ou mesmo única. É possível, então, pesquisar e teorizar sobre as condições sociais dessa possibilidade. Pode-se, assim, fazer «declarações teóricas mais gerais» – isso completa a «teoria do caso», ao lado da elucidação das regras internas e das lógicas de contextualização.

As ampliações de abrangência das proposições desenvolvidas a partir de um caso não são «generalizações» – pelo menos não no sentido dos estudos quantitativos por amostragem, ou no sentido nomotético. Não se trata, naquela ampliação de abrangência das proposições, de afirmar de todos os casos de um conjunto o que se descobriu para o caso específico. Mas sim de fazer inferências abstratas («genéricas») sobre o mundo «em que aquele caso pode ocorrer».

Aqueles dois níveis de produção de inferências (sobre o caso singular e sobre seu contexto) são elaborados no espaço específico de cada pesquisa. Considerando agora o conjunto de pesquisas no âmbito de uma disciplina, podemos entrever um terceiro nível de proposições. Trata-se das inferências «transversais» a uma pluralidade de casos comparáveis (por semelhança ou por diferenciação) – que permitam derivar proposições gerais sobre «classes» de fenômenos e «tipos» de lógicas e processos em ação.

O cotejo de casos singulares – gerando conhecimentos transversais através de uma modelização de ordem superior à do caso individual – permite utilizar o conhecimento indiciário, assim desenvolvido, como base para formulação de proposições gerais da área e como fundamentação teórico-metodológica para estudos subseqüentes de casos <sup>7</sup>.

Nesse terceiro nível de inferências, que atravessa o conjunto de casos pesquisados na disciplina, encontra-se em processo a própria constituição do campo de estudos em comunicação. Uma pergunta geral pode se colocar no horizonte dos estudos de caso que tenham algum interesse para a construção da disciplina – «o que há, aí, de propriamente comunicacional?»

Em artigo anterior (Braga, 2004: 225), observamos que a “construção [da disciplina] parece demandar um «desentranhamento» do objeto de perspectivas outras, ao mesmo tempo em que uma elaboração propriamente dita, que não ‘deixe de fora’ aspectos do objeto que são fundamentais para [sua] «compreensão»”. Os estudos de caso oferecem essa possibilidade, por recusar a redução apriorística de elementos contextuais – relevantes para a percepção «em situação» dos fenômenos comunicacionais.

7. Essa processualidade pode ser verificada na história do conhecimento antropológico.

Ao fazer um estudo de caso, o pesquisador que o inscreva em reflexões sobre o campo perguntará que lógicas interacionais são relevantes para seu funcionamento; e como essas lógicas se relacionam com processos sociais outros que caracterizam o fenômeno. Para poder perceber tais relações, será preciso inferir, através do exame de indícios pertinentes para isso, o que é propriamente comunicacional e o que deriva de circunstâncias sociais de outras ordens, «modulando» a comunicação.

Encontramos toda uma diversidade de estudos de caso na área – abordando processos de produção, produtos, instâncias de recepção, processos de circulação, dispositivos críticos, mediatização de processos sociais e culturais; e ainda casos de enfoque comunicacional sobre objetos no âmbito de outros conhecimentos assim como de enfoques pertinentes a outras áreas sobre fenômenos de comunicação. Toda essa diversidade evidencia a «possibilidade e o interesse» da produção de conhecimento geral através do estudo de objetos e situações singulares.

Para além desse interesse diversificado, o que assinalamos, sobretudo, é que essa produtividade pode e deve ser pensada enquanto modo gerador de conhecimentos mais amplos – constitutivos de um acervo de proposições teóricas «no âmbito próprio à disciplina da Comunicação». É nesse âmbito que podemos considerar a Comunicação uma disciplina indiciária. ■

# D

### REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S (1993). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais* [1992]. São Paulo: Hucitec.
- BRAGA, José Luiz (2004). Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. *Contracampo*, vol. 10/11, fascículo 2004/2.
- BURKE, Peter (2000). *História e teoria social* [1992]. São Paulo: Unesp.
- CANDAU, Joël. Traces singulières, traces partagées? *Socio-Anthropologie*, nº 12, *Traces*, URL: <http://socio-anthropologie.revues.org/document.html?id=149> - mis en ligne le 15 mai 2004.
- GINZBURG, Carlo (1987). *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história* [1986]. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOLDMANN, Lucien (1970). O conceito de estrutura significativa na história da cultura. In: *Dialética e Cultura* [1958]. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PIAGET, Jean (1971). *A situação das ciências do homem no sistema das ciências* [1970]. Lisboa: Livraria Bertrand.
- SEBEOK, Thomas A. e Jean Umiker-Sebeok (2004). Você conhece o meu método: uma justaposição de Charles S. Peirce e Sherlock Holmes. *O signo de três* (Umberto Eco & Thomas A. Sebeok (orgs.), [1983]. São Paulo: Perspectiva.
- UZEL, Jean-Philippe (1997). Pour une sociologie de l'indice. *Sociologie de l'Art*, nº 10, 1997. URL: [www.unites.uqam.ca/greso/pdf/spciologie\\_indice.pdf](http://www.unites.uqam.ca/greso/pdf/spciologie_indice.pdf).